

Trabalhando gênero: Um desafio no contexto escolar.

¹Emanuele Martins Teles.

²Maria de Nazaré Teles de Lima.

RESUMO

A questão de gênero deve ser abordada nas escolas de forma responsável e planejada; não podendo ser, portanto, negligenciada. As disciplinas ministradas em sala de aula devem ser pautadas a partir da diversidade dos alunos no contexto escolar, tendo em vista, que eles são parte da sociedade. Essa pesquisa teve cunho bibliográfico, amparando-se em levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que direcionaram o trabalho cientificamente. O tema tratado apresenta uma reflexão acerca dos padrões sociais vigentes e a sexualidade do indivíduo como ser social, mas, ao mesmo tempo, ser capaz de tornar-se individual e sensível frente à compreensão e aceitação no ambiente escolar.

PALAVRAS- CHAVE: Gênero, ambiente escolar, sociedade, aluno.

ABSTRACT

The gender issue must be addressed in schools in a responsible and planned way; therefore cannot be neglected. The subjects taught in the classroom should be guided by the diversity of students in the classroom, considering that they are part of society and these issues, which have numerous biases in the contradictory society to which they are part. This research had a bibliographic nature, supported by a survey or review of published works on the theory that guided the work scientifically. The subject dealt with presents a reflection on the current social standards and the sexuality of the individual as a social being, but, at the same time, being able to become individual sensitive in the face of understanding and acceptance in the school environment.

KEYWORDS: GENDER, SCHOOL ENVIRONMENT, SOCIETY, STUDENT.

¹ Aluna Especial do Curso de Mestrado Profissional e Tecnológico/IFAM/2022.

² Profa. Dra. do Curso de Pedagogia da UFAM.

INTRODUÇÃO

O ensino é parte integrante da sociedade brasileira. 1772 é a data da implantação do ensino público oficial no Brasil, o qual manteve o Ensino Religioso nas escolas, começando com o intuito de catequizar a população do novo mundo, o encontrando, portanto, atrelado ao poder dos religiosos no país.

A leitura de alguns livros serviu de ferramenta indispensável para compreensão dos pontos mais relevantes da realidade social do País, fato que não pode ser ignorado na análise da estrutura educacional que vigora nas nossas instituições públicas. Entre eles: O que faz o Brasil, Brasil (Roberto da Mata), mostrando os costumes, crenças e o “jeitinho brasileiro”, que nada mais é além das relações pessoais usadas como instrumento de neutralização ou acomodação das leis de acordo com a conjuntura, rótulo que nos foi imposto pelo senso comum e agregado a nossa identidade; O País Distorcido (Milton Santos), que traz as diferenças sociais pelo olhar de um geógrafo, uma crítica à percepção induzida de quem enxerga o Brasil com olhos estrangeiros, sem saber sobre o povo que ocupa esses espaços; Falcão, Meninos do Tráfico (MV Bill e Celso Athayde), um esclarecimento sobre a injustiça social, o quanto ela tem de realidade e como esse fato pode nos confrontar, causar desconforto e fazer pensar nas “pessoas invisíveis”, que podem ser cruéis ao decidirem se fazer notar através da violência; e por último, mas não menos relevante, A Revolução dos Bichos (George Orwell), com os efeitos negativos que a ignorância e subserviência podem causar a um povo. A análise da história da educação no Brasil serve para mostrar que certas rupturas como a falta de acesso das classes menos privilegiadas às escolas, a falta de qualidade no ensino e despreparo dos professores se repetem ao longo do tempo. É possível perceber também que o desinteresse político nessa qualidade de ensino, assim como a manipulação das verbas de forma inescrupulosa e a corrupção têm uma história tão antiga quanto a própria República. Porém, apesar da lentidão, algumas mudanças estão sendo implementadas a fim de diminuir as desigualdades. (MOTA, p. 2,3, s.d).

Com a evolução da sociedade brasileira, o ensino público foi modificando-se face aos reflexos da sociedade, sofrendo evolução em sua metodologia e dinâmica na forma de ensinar, implicando, conseqüentemente, mudanças sociais.

Refletindo sobre a constituição das disciplinas escolares na Europa, um renomado historiador francês, Dominique Julia, afirma que até pouco tempo a história da educação focalizava, em suas linhas gerais, uma

história política e educacional dos grandes feitos, dos tempos de lutas travadas entre Igrejas e Estados, em que a educação necessitava posicionar-se a favor, ou contra os Jesuítas e a Revolução Francesa. Para esse historiador, só mais recentemente, a partir dos anos 60 do século XX, período que marca o avanço do processo de democratização do ensino secundário, é que a história da educação passa a centrar-se nas relações entre êxito escolar e herança sociocultural. No entanto, ainda mais recentemente é que os olhares historiográficos começaram a se dirigir para os processos de ensino das diferentes disciplinas escolares, para as práticas reais de ensino de diferentes tempos, para o funcionamento do ensino dos diferentes conteúdos, expressão de uma cultura escolar. Buscando novas compreensões e significações diferenciadas acerca dos fazeres e finalidades cumpridas pela escola, os pesquisadores dessa vertente historiográfica embrenham-se, cada vez mais, em produzir uma história comprometida com a circulação de objetos culturais, com o estabelecimento de relações entre os saberes escolares, com representações construídas pelos sujeitos, em diferentes tempos e espaços escolares. (Pinto,p.127, 2014)

Neste sentido, disciplinas como a Biologia, a Geografia, Sociologia, começam a ser questionadas em sua forma, modificadas pelo movimento da sociedade.

De acordo com Andrade,

O determinismo biológico está presente em diversos estudos na área da genética e neurociências, na medida em que buscam identificar e justificar as diferenças comportamentais e cognitivas entre indivíduos restringindo-as à informação genética e processos neurofuncionais. Eles exercem um enorme fascínio na sociedade, que historicamente busca explicações para tais diferenças. Porém, em muitos destes estudos não são identificadas interpretações interacionistas dialéticas, de modo que tendem a minimizar o valor das explicações ambientais em decorrência de uma interpretação dualista que reduz a relação entre genes e ambiente ao somatório dos efeitos parciais de causas genéticas e ambientais nitidamente separadas. Vale salientar que a postura determinista não se limita ao biológico, de modo que é possível encontrar diversos estudos – principalmente no campo das ciências sociais – que assumem uma posição determinista ao apontar para a construção social de comportamentos e cognição sem levar em consideração a relevância dos aspectos biológicos. (p. 15, 2011).

Uma disciplina como a Biologia, por exemplo, interfere teoricamente na construção da sociedade; esse naturalismo da ciência se propaga como uma ideologia darwinista, sendo essa umas das disciplinas do colégio que tentam permanecer, conforme a heteronormatividade.

Sendo assim, ao mesmo tempo que estabelece o padrão social vigente da sociedade, condena o homossexualismo e o transexualismo como desvio de conduta, um resquício da escola teocrática do Brasil. Entretanto, vale salientar que mesmo ocorrendo tais julgamentos acerca das orientações sociais incutidas, fato é que a sexualidade é parte da vida do ser humano.

Sexualidade é uma característica presente em toda a vida do ser humano, desde o nascimento à morte. Mesmo que os bebês nasçam sem valores sociais, culturais e opiniões formadas, desde pequenos eles aprendem sobre sexualidade, sendo pelo relacionamento afetivo que outro indivíduo estabelece com ele ou observando terceiros. (SANTOS; ASSIS; MARRA; OLIVEIRA, p. 7, 2001).

Entretanto, falar abertamente sobre sexo ou sexualidade em ambientes escolares ainda é considerado e visto como tabu, pela maioria dos estudantes, pais e professores. E grande parte desse acontecer dá-se por conta justamente do despreparo ou cultura dos profissionais da educação não se sentirem seguros quanto à abordagem de tais assuntos, bem como por questões religiosas.

Mas como ignorar uma realidade vivenciada em todos os lugares? Como fechar os olhos a algo que vai além do olhar daquele que se recusa a enxergar algo impossível de permanecer em sua “invisibilidade”?

Segundo Russell (2011), isso acontece porque a escola, assim como a sociedade, caracteriza-se por normas rígidas de gênero e sexualidade, como expectativas a respeito da masculinidade, feminilidade e heterossexualidade.

Nesse sentido, o que percebemos é que a escola reproduz as normas sociais vigentes atuantes da sociedade, recusando, na maioria das vezes, encampar tema como importante a ser discutido em sala de aula pelos alunos, durante as aulas de sociologia, filosofia, história e geografia, ditas ciências humanas.

¹A geografia como ciência é fundamental para se entender o espaço geográfico em suas diferentes concepções e, partindo-se desse fator conceitual,²

¹A ciência como neutra e imparcial se manteve por muito tempo sem ser questionada. Desenvolveu-se através da curiosidade humana em obter respostas a determinados fenômenos, surge para criticar a religião e acaba tornando-se também uma doutrina. Sofreu muitas alterações com os passar dos anos e é altamente influenciada pelo local em que é produzida, pois de acordo com Cervo e Bervian (1983 p.09) “a ciência é um processo de construção”, desta maneira está em constante transformação. Na obra “Metodologia das pesquisas em Ciências Naturais (LIRA, p.14, 2019).

criou-se a geografia de gênero, dando voz para outras sexualidades nas ciências humanas. Enquanto disciplina, a geografia tem papel importantíssimo na formação do cidadão, sobretudo na busca de direitos, afim de resistir no que diz respeito às diferenças sociais.

Dessa forma, tendo em vista que o ensino requer mudanças de pensamento e, conseqüentemente, de atitudes, a questão da sexualidade dos alunos não pode ser omitida pela escola tendo em vista que a mesma é um microscópico social, onde a representação social se faz presente em sala de aula.

O direito à educação a pessoas LGBT visa garantir que o espaço escolar seja efetivamente um lócus privilegiado de combate à homofobia e a todas as formas de discriminação. Paralelamente ao cenário de violência explícita contra as pessoas LGBT que temos acompanhado pela mídia, é frequente nas escolas e em outros espaços sociais um outro tipo de violência, dita simbólica, tão ou mais devastadora que a agressão física, uma vez que atinge a autoestima e, por conseguinte, os direitos mais básicos do ser humano, como o respeito, a confiança e a autodeterminação. (MENDONÇA, 2011, p. 3).

Portanto, a escola deve estar sintonizada com a realidade social, devendo compreender e trabalhar a aceitação das diferenças existentes, como a questão da homossexualidade, transexualidade e bissexualidade, para demonstrar como o tema é vasto e precisa ser discutido nas escolas, não no sentido de levantar bandeira LGTB, mas no sentido de levar uma reflexão acerca desse assunto e assim, diminuir significativamente o preconceito e violência sofridos por estes que muitas vezes são discriminados, excluídos de um grupo social, pelo simples fato de serem quem são.

As violências de gênero, explícitas e veladas, estão nos programas populares de humor, nas “piadas” cotidianas, nas ironias discursivas ordinárias e nos crimes hediondos que voltam à tona, frequentemente, nos noticiários. Se sociedade brasileira não se conscientizar desse contexto de violência, seremos “uma modernidade capenga, injusta, mesquinamente econômica e economicista”, como afirma Souza (2009, p. 12) Souza (2009) destaca que vivemos em uma sociedade na qual ao invés da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o nosso “conflito central”, tanto social quanto político e que subordina em importância todos os demais, é a oposição entre uma classe excluída – das oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social – e as demais classes sociais. E é nesse contexto que se instaura a vivência da desigualdade social. (SOUZA apud PESSOA; PEREIRA; TOLEDO, 2007, p.19).

Tendo em vista o movimento da sociedade, o Ministério Público entendeu o seu papel e exerceu o seu poder judiciário, embutindo nas escolas públicas e nos órgãos o reconhecimento do nome oficial, ou seja, o reconhecimento dos indivíduos como se entendem. Resolução nº 232, de 16 de junho de 2021.

O ser humano, no desdobramento da evolução da espécie homo sapiens, adaptou-se ao meio em que viveu e o transformou. Entretanto, mais importante do que isso, é considerar que os indivíduos humanos são seres sociais e que sua adaptação ao mundo depende das relações construídas, as quais são imprescindíveis ao coletivo para se humanizar. A convivência em sociedade pressupõe que sejam materializados alguns acordos no contexto social para que o cotidiano seja mais organizado e as relações entre os seus membros, mais pacífica e humanizadora. Com o passar dos milênios, as relações entre as pessoas foram sendo construídas a partir de relações e hierarquizações de poder que acabaram por gerar desigualdades na vida social. (MARTINS; ANGELIN, p.1, 2, .2017).

Os professores devem estar sintonizados com demandas sociais dos alunos, na busca de entender que cada indivíduo social é parte particular da sociedade, sendo, portanto, fundamental respeitar como cada indivíduo se reconhece, buscando respeitar a sua individualidade enquanto ser único e capaz de se auto reconhecer, independente de pressões e padrões sociais.

A sexualidade sempre foi assunto de interesse e curiosidade, e a inserção da educação sexual na escola é o resultado de discussões de décadas na história da educação brasileira e vem se intensificando nos dias atuais. Os registros datam da década de 20, onde se iniciou, ainda que de forma tímida, alguma preocupação com a educação sexual no campo da educação escolar. Pois era necessário que o indivíduo conhecesse a fisiologia sexual nos moldes do discurso higienista e essa educação tinha como objetivo combater a masturbação, as doenças venéreas, e por outro lado preparar a mulher para exercer o papel de esposa e mãe, procurando assegurar a saudável reprodução da espécie (KAUFFMAN; Luz, p.239, 2020 apud SAYÃO, 1997).

Sendo necessária, por conseguinte, a compreensão do professor no contexto escolar ao transmitir os conteúdos em sala da aula, atentando,

constantemente, para a diversidade dos alunos, considerando a sensibilidade e a diversidade sexual dos alunos como indivíduo.

Desta forma, o termo gênero traz a necessidade da desconstrução da oposição histórica entre os sexos, compreendendo a inclusão de novas formas de “masculinidades” e “feminilidades” desde a infância até a fase adulta. Conforme Scott (1989), o gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais, a criação das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens estritamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O termo é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Sendo assim, é uma construção social, que a criança vai estruturando, determinado pelo contexto histórico-social em que está inserido e não algo a priori. A historiadora coloca o sexo como categoria biológica e gênero como categoria cultural e que gênero significa o saber em torno das diferenças sexuais. A escola é um dos agentes de concepção desses papéis. (ALMEIDA; NICOLETE, p.4, s.d).

Como foi dito anteriormente, algumas disciplinas devem abordar a questão de gênero que vai além do dogma do determinismo biológico; ou seja, o professor deve partir do princípio de que se trata de seres humanos em construções e que, por sua vez, estão regidos por inúmeras influências. As aulas devem propor reflexões sobre o humano, sobre as relações e comportamento nossos, sobre o corpo:

Por que me visto dessa forma ou ando desse jeito? Por que, por eu ter um pênis ou uma vagina, preciso pensar, me expressar e (re)agir dessa maneira? Por que o fato de uma pessoa possuir cromossomos XX ou XY faz com que ela deva ter preferência pelo rosa ou ser submissa a quem tem os cromossomos XY, que, por consequência, deve apreciar a cor azul e gostar de carrinhos, por exemplo? Porque fomos, em grande medida, através da disciplinarização dos corpos, adestrados a sermos assim. Pela instituição escolar. (SILVA; SANTOS, p.4, 2017).

Neste sentido, Foucault afirma,

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (2008, p. 143).

Dessa forma, reafirmamos a necessidade de o professor ter a sensibilidade ao tratar da questão da sexualidade, reconhecendo que a mesma permeia a vida do indivíduo e o compõe como ser social, fato este que não pode ser negligenciado pela família, escola e pelos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de gênero na escola passa a ser fundamental para se trabalhar a diversidade dos indivíduos no contexto escolar. Portanto, o professor deve compreender que a sala de aula é um microcosmo da sociedade e que os alunos representam os conflitos sociais.

A questão de gênero latente para todos os alunos deve ser tratada como um fato em que os envolvidos são seres sexuais em construção, devendo-se, portanto, evitar o estigma biológico nas disciplinas em ministração para em sala de aula. Pois, se as diferenças forem bem trabalhadas e compreendidas, em algum momento, deixarão de assim o ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Thainá Sangalli de; NICOLETE, Jamilly Nicácio. GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE: O PAPEL DA ESCOLA NESSA CONSTRUÇÃO.

ANDRADE, Francisco Leal de. DETERMINISMO BIOLÓGICO E QUESTÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO ENSINO DE BIOLOGIA: representações e práticas de docentes do Ensino Médio, **Dissertação**, Salvador, Bahia 2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. LIRA, Alline Lemos. GÊNERO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESCOLAS ESTADUAIS DO TOCANTINS, **Dissertação**, PORTO NACIONAL 2019.

MARTINS, Paulo Adroir Magalhães; ANGELIN, Rosângela. O USO DO NOME SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR COMO FORMA DE INCLUSÃO E DEVIDO RECONHECIMENTO DAS PESSOAS TRANS, **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

MENDONÇA, Rosa Helena. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL, Ano XXI Boletim 04 - Maio 2011.

MOTA, Célia. Ensino Público: história de descaso e manipulação política no Brasil, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mota-celia-ensino-publico-historia-de-descanso.pdf>.

KAUFFMAN, Leci; LUZ, Fernando Albuquerque. SEXUALIDADE NA SALA DE AULA: VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – RS, **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 238-258, Jan./Jun. 2020.

PESSOA, Lilian Correia; PEREIRA, Rodnei; TOLEDO, Rodrigo. Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores, **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 2, n. 3. jan./jun. 2017.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica, **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014.

RUSSELL, S. T. Desafiando a homofobia nas escolas: políticas e programas para climas escolares seguros. *Educar em Revista*, 39, 123-138. doi:10.1590/S0104-40602011000100009. abr. 2011.

SANTOS, Ana Laura Romano dos; ASSIS, Ana Luiza Rodrigues; MARRA, Bárbara Paraguai; OLIVEIRA, Maria Eduarda Pereira de. EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR, **Monografia**, Betim 2021.

SILVA, / Vandcleide Monteiro da; SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Oficinas pedagógicas: discutindo gênero e diversidade sexual na escola, – Rio de Janeiro: **CAP/UERJ**, 2017.